

MARÇO 2024

76ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Agência EFE



Risco de prisão?

O que os juristas dizem sobre a possibilidade de Moraes decretar prisão preventiva de Bolsonaro

J.R. Guzzo: Agora que se sabe quem matou Marielle, esquerda ficou muda

Acuado pelas pesquisas, Lula investe no diálogo com grupos hostis a ele

Índice

Editorial: Opiniões equivocadas, ainda que chocantes, não são crime **03**

J.R. Guzzo: Agora que se sabe quem matou Marielle, a esquerda ficou muda **14**

Polzonoff: São Longuinho, se eu achar os móveis dou três pulinhos **20**

Há brecha para Moraes decretar prisão preventiva de Bolsonaro? **27**

Acuado pelas pesquisas, Lula investe no diálogo com grupos hostis a ele **35**

Senador quer proibir venda de carros a gasolina e diesel **55**

“O Poderoso Chefão 2”: 50 anos da obra-prima de Coppola **62**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Monark, Kim Katagiri e Tábata Amaral durante podcast em que o influenciador defendeu possibilidade de partido nazista. | Foto: Reprodução YouTube

EDITORIAL

Opiniões equivocadas, ainda que chocantes, não são crime

O influenciador e YouTuber Bruno Monteiro Aiub, conhecido como Monark, tem tudo para liderar qualquer ranking de “castigos sem crime” na ofensiva contra a liberdade de

expressão atualmente em curso no Brasil. Ele já foi censurado repetidas vezes, desmonetizado ou banido de mídias sociais, multado, e indevidamente investigado por um crime de desobediência. Tudo isso sem uma única denúncia apresentada à Justiça contra si, já que não é crime fazer críticas ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral, nem entrevistar desafetos do atual regime – a única exceção, até agora, era uma ação do ex-ministro da Justiça e agora ministro do STF Flávio Dino e que está suspensa. Mas, de tanto verem os dedos apontados contra Monark, os aprendizes de Lavrenti Beria instalados no Ministério Público finalmente resolveram acusá-lo de algo, e a medida não poderia ser mais cômica, se não fosse trágica: o influenciador foi denunciado por nazismo.

Ação ajuizada na semana passada pretende impor a Monark uma multa de R\$ 4 milhões devido a falas suas em um podcast realizado em fevereiro de 2022, com a participação dos deputados federais Kim Kataguiri e Tábata Amaral. Na ocasião, ele defendeu que nazistas deveriam ter o direito de se organizar em um partido político. “As duas [ideologias, nazismo e comunismo] tinham de ter espaço, na minha opinião. Eu sou mais louco que todos vocês: tinha de ter o partido nazista reconhecido pela lei!”, afirmou, acrescentando ainda que “se um cara quisesse ser antijudeu, eu acho que ele tinha o direito de ser”.

As frases são sem dúvida chocantes, mas precisam ser esmiuçadas. Afinal, o debate entre Monark e seus convidados não girava em torno de uma suposta bondade do nazismo – a

maldade do regime de Hitler, ali, não é explicitamente mencionada, mas está implícita no debate –, mas das melhores formas de combater ideias nefastas. Monark e Kataguirí defendiam que a criminalização era contraproducente e que ideias ruins deveriam poder vir à luz para que fossem devidamente desmascaradas, e foi por isso que o influenciador argumentou que “se você banir eles (sic) de estar no público, eles vão pro subsolo e lá vão proliferar de um jeito muito mais eficiente”.

Ou seja, não se tratava de um debate sobre nazismo, nem de apologia ao regime genocida de Hitler, mas sobre os limites da liberdade de expressão – e também de associação, já que parte da conversa tratou da organização de partidos políticos. É assunto que pode e deve ser

discutido livremente, e tanto é assim que algumas das maiores cabeças da filosofia política, como Karl Popper, John Rawls e Michael Walzer, citados por esta Gazeta em outra oportunidade, se debruçaram sobre ele.



Não se tratava de um debate sobre nazismo, nem de apologia ao regime genocida de Hitler, mas sobre os limites da liberdade de expressão. É assunto que pode e deve ser discutido livremente

Tampouco se poderia argumentar que Monark estaria defendendo a existência de um partido nazista à revelia da lei atual brasileira; está implícito no seu comentário que a legislação deveria ser alterada para que algo assim

ocorresse, e a jurisprudência e a doutrina brasileiras sobre liberdade de expressão afirmam claramente que não é crime criticar uma lei ou defender uma mudança realizada pelo Poder Legislativo.



Transformar uma posição permissiva a respeito da liberdade de expressão em apologia ao nazismo revela uma enorme dificuldade, uma impossibilidade até, de compreender e interpretar o que realmente foi dito no podcast

Por mais surpreendente que isso possa parecer a muitos, a posição de Monark – e, em certo grau, também de Kataguirí – não é uma bizarrice retirada dos porões de algum

submundo supremacista da internet; ela lembra em muito a doutrina norte-americana sobre a liberdade de expressão, que naquele país assume contornos bem mais permissivos que no Brasil, chegando perto de uma absolutização na qual praticamente tudo poderia dever ser dito sem sanção legal. É assim, por exemplo, que uma entidade que combate a cultura do cancelamento nas universidades é capaz de publicar uma defesa do direito de pedir o genocídio dos judeus, no contexto de manifestações pró-Hamas em ambientes acadêmicos norte-americanos. Isto pode nos soar absurdo, certamente ofende a sensibilidade de judeus em todo o mundo, mas está em linha com a tradição de defesa da liberdade de expressão construída nos Estados Unidos.

Tudo isso posto à mesa, temos de dizer, no entanto, que não compartilhamos desta linha de pensamento. Embora a defesa de uma liberdade de expressão praticamente sem limites seja uma posição legítima e defensável no debate filosófico, acreditamos que a criminalização de discursos preconceituosos e desumanizadores, como o nazismo e o racismo, é positiva para a sociedade, que não precisa estar diretamente exposta a tais discursos para que eles sejam devidamente desmascarados. A história já demonstrou os riscos da absolutização da liberdade de expressão; o Holocausto e outros massacres foram possíveis porque ideias desumanizadoras puderam organizar-se politicamente e conquistar adeptos livremente.

No entanto, se Monark está (a nosso ver) enganado sobre o grau de liberdade que nazistas

deveriam ter para falar e se organizar, erra muito mais o Ministério Público em sua denúncia. Transformar uma posição permissiva a respeito da liberdade de expressão em apologia ao nazismo revela uma enorme dificuldade, uma impossibilidade até, de compreender e interpretar o que realmente foi dito no podcast, ainda que de uma forma bem menos elegante em comparação com a defesa da mesmíssima ideia feita por expoentes da filosofia política. Parece não passar pela mente dos promotores do MPSP que é totalmente possível repudiar uma ideia e ainda assim defender o direito de outros a manifestarem-na, e com essa mentalidade extremamente limitada acaba-se criminalizando toda uma doutrina a respeito da liberdade de expressão – não qualquer doutrina, mas aquela adotada por uma das

democracias mais sólidas do planeta, ainda que dela discordemos. Diante de um desconhecimento tão grotesco, é de se questionar que autoridade teriam os pareceres usados pelo MP na denúncia e que “comprovaram, com sólida fundamentação técnica, a postura racista, o antissemitismo e o nazismo no comportamento do réu”.

Os limites à liberdade de expressão no Brasil estão bem definidos na legislação, e incluem a criminalização do racismo e a apologia ao nazismo. No entanto, opiniões equivocadas, insensatas, absurdas e mesmo chocantes que não cruzem este limiar deveriam ser tratadas como tais e combatidas não com o braço estatal, mas pelo livre embate de ideias. É o caso das opiniões defendidas pelo influenciador; não se tratou de fala racista ou antissemita, mas de

uma posição a respeito dos limites às liberdades democráticas – uma posição da qual discordamos, mas da qual não podemos ter a pretensão de retirar legitimidade. Ao ignorar nuances que nem são tão difíceis de distinguir, transformar em preconceito o que não passa de filosofia política feita com linguagem de botequim, denunciar Monark e exigir dele uma multa desproporcional, o MP paulista demonstra desconhecer completamente a boa doutrina sobre a liberdade de expressão e parte para uma banalização da censura, sufocando debates legítimos e importantes, especialmente nos dias que correm.



[Voltar ao índice](#)



A vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes foram assassinados em 2018. | Foto: Renan Olaz/CMRJ

OPINIÃO

J.R. Guzzo

Agora que se sabe quem matou Marielle, a esquerda ficou muda

Há seis anos inteiros, sem parar, o governo, a esquerda nacional e as classes que não

produzem repetem uma pergunta indignada: “Quem matou Marielle?” O que todos queriam dizer, naturalmente, é que foi Bolsonaro, ou a família Bolsonaro, ou gente ligada a Bolsonaro. A maior parte da mídia, nestes anos, publicou literalmente milhares de páginas e transmitiu milhares de horas de “jornalismo investigativo”, na forma de “consórcio” e no estilo “tudo leva a crer”, denunciando a hipótese de que o crime “teria sido” cometido nessas esferas elevadas (é uma nova prática da mídia brasileira: denunciar a hipótese). Não deu para afirmar, com todas as letras, que o ex-presidente era o responsável pelo assassinato da ex-vereadora do Rio de Janeiro. Mas ficou-se na base do “está na cara que foi ele”. O presidente Lula, em pessoa, disse que Bolsonaro “deveria” estar envolvido.

Descobriu-se, afinal, quem foram os mandantes do crime: dois políticos e um peixe graúdo da polícia do Rio de Janeiro, e as ligações dos políticos estão do lado exatamente oposto ao que se tem dito há seis anos: na esquerda, e não na direita. Um dos denunciados, é verdade, aparece numa foto de anos atrás num veículo de carreta da campanha de Flávio Bolsonaro.



A maior parte da mídia, nestes anos, publicou literalmente milhares de páginas no estilo “tudo leva a crer”, denunciando a hipótese de que o crime “teria sido” cometido nessas esferas elevadas

Em compensação, está provado, também com fotos, que fez campanha por Dilma Rousseff.

Muito pior: até o mês de fevereiro foi secretário do prefeito Eduardo Paes, que sucedeu a Sergio Cabral (400 anos de cadeia por corrupção) como atual herói de Lula no Rio de Janeiro. Outro dos acusados, seu irmão, foi salvo por ninguém menos que Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça de Lula, quando o seu mandato de deputado foi cassado por “captação ilícita de votos” – o ministro, então no STF, anulou a cassação. Resumo da ópera: é mentira, simplesmente, que Bolsonaro tenha tido qualquer envolvimento com o caso – e durante seis anos a esquerda e a mídia militante sustentaram essa mentira.

É um dos momentos mais baixos do presente governo Lula. Logo depois de se provar que o presidente e a sua mulher, Janja, contaram uma mentira grotesca, dizendo que Bolsonaro havia sumido com móveis do Palácio do Alvorada

(“levaram tudo”, acusou Lula) eles têm de engolir, agora, que o mandante da morte de Marielle não foi quem acusaram. Os 261 objetos em questão foram localizados, até a última peça, dentro do próprio palácio. O assassinato da vereadora foi bater em gente do seu próprio lado. Nada mais humilhante para o governo do que o silêncio obrigatório com que tiveram de receber a notícia. Lula, que fala sobre absolutamente tudo, não disse uma sílaba sobre a descoberta dos mandantes – nem uma que seja. O vice-presidente do PT se viu na obrigação de declarar que os denunciados pelo crime não eram nem “culpados” e nem “inocentes”. Os PTs, PSols etc. que deveriam estar exigindo histericamente a prisão de “Bolsonaro” como o responsável por todo esse horror sumiram do mapa – uns murmúrios aqui e ali, elogiando “a justiça”, e mais nada. A

imprensa investigativa nem pensou em fazer investigação nenhuma.

A verdade, no Brasil de Lula, não está valendo uma moeda de 50 centavos.



Autor: J.R.Guzzo é jornalista. Começou sua carreira como repórter em 1961, na Última Hora de São Paulo, passou cinco anos depois para o Jornal da Tarde e foi um dos integrantes da equipe fundadora da revista Veja, em 1968. Foi correspondente em Paris e Nova York, cobriu a guerra do Vietnã e esteve na visita pioneira do presidente Richard Nixon à China, em 1972. Foi diretor de redação de Veja durante quinze anos, a partir de 1976, período em que a circulação da revista passou de 175.000 exemplares semanais para mais de 900.000. Nos últimos anos trabalhou como colunista em Veja e Exame. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Janja: “Aí eu disse pra ela que os móveis do Alvorada tinham sumido. E ela acreditou! Hahahahaha!” | Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

OPINIÃO

Polzonoff

São Longuinho, se eu achar os móveis dou três pulinhos

Caro, querido e estimado leitor, Hoje a carta vai ser bem curta. É o que eu digo para mim mesmo

toda vez que me sento para escrever esta hebdomissiva. Até que, algumas horas mais tarde, fico andando de um lado para o outro, indeciso entre cortar palavras, frases e parágrafos inteiros, e me alongar indefinidamente, como uma conversa agradável que atravessa a noite para ver o dia nascer. Mas prometo que vou me esforçar.

O pior é que hoje recebi essa incumbência de falar, nem que seja por alto, sobre O Caso dos Móveis Perdidos do Alvorada. Ou seria O Caso dos Móveis Reencontrados do Alvorada? Então, como fiz referência à “conversa agradável” ali em cima, imagino os convidados (todos vocês) entretidos em cem mil conversas paralelas. Como nos filmes, ergo a taça de cristal e dou três batidinhas para chamar a atenção. Vou falar dos [bocejo] móveis.

Todo mundo se vira para mim. Mas só consigo dizer “E o caso dos móveis do Alvorada, hein? Que palhaçada!”. Afinal, isto aqui é uma conversa e não uma análise desse episódio que é só mais um exemplo da mentira e da hipocrisia em que se baseia o método petista de governar. De ver a vida. De quantos outros episódios parecidos precisaremos até...?

Agora vou deixar o caso dos móveis de lado um pouquinho. Quero responder a duas perguntas que eu mesmo me fiz nesta semana. A primeira delas: “Paulo, quantas pessoas você acha que darão ao seu texto a atenção que você acha que ele merece?”.

Perguntinha tola, né? Respondendo: não tenho a menor ideia, mas explico o porquê da pergunta. É que nesta semana escrevi um texto

com a temática “perdemos” e fiquei com a impressão de que terei de voltar ao tema. De que não consegui me comunicar com você. De que fui muito hermético. Acontece. Às vezes me alongo demais ou me apaixono pelas palavras e aí a coisa não sai como o planejado. De qualquer forma, fica explicitada aqui a reflexão que norteia aquele texto: será que perdemos a ambição de sermos justos, mesmo que para isso tenhamos que aceitar sucessivas “derrotas”?

Outra pergunta, essa um tantinho pedante. Nah, bastante pedante: “Paulo, quantas pessoas você acha que olharam para dentro de si depois de lerem seu texto?”. Não sei e não me incomodo se a resposta for “uma ou duas, no máximo”. Pelo contrário, me dou por satisfeito. Sei que o mundo tem pressa, que se distrair é fácil e olhar

para dentro de si dá trabalho. Vish, meu rei, com esse calor! Então eu faço o meu melhor e... rezo.

De volta aos móveis do Alvorada, porém. Antes de mais nada, quero ressaltar que os móveis perdidos foram encontrados no dia 20. Cinco dias antes, celebrou-se o Dia de São Longuinho. Aquele que, segundo a crença popular, ajuda a encontrar objetos perdidos. Basta dar três pulinhos. Coincidência? Vai pensando aí.



Os móveis perdidos do Alvorada foram encontrados no dia 20. Cinco dias antes, celebrou-se o Dia de São Longuinho. Coincidência? Vai pensando aí

Além disso, enquanto eu procurava uma cama, um sofá e uma cômoda que, caramba, tavam

aqui agorinha mesmo!, onde foi que eu deixei?, minha mulher me mata!, a notícia me fez pensar, um tanto quanto paranoicamente, no porquê da notícia. Não gostei da paranoia, mas mergulhei nela mesmo assim. E desse mergulho nasceram duas perguntas. (Hoje eu tô que pergunto, hein!). A primeira é simples: qual seria a consequência boa da revelação de que os móveis do Alvorada nunca foram roubados nem perdidos por Bolsonaro?

A outra é mais complexa e exige diversos cálculos políticos que, eu e você sabemos, levará a um lamaçal de perversidade. Como explicar que a informação sobre os móveis terem sido “encontrados” veio da Secretaria de Comunicação, comandada pelo ultrapedista Paulo Pimenta? Afinal, não me consta que houvesse qualquer furor investigativo sobre o

caso. Do qual, aliás, pouca gente ainda se lembrava. Então por que a Secom divulgaria uma informação evidentemente prejudicial ao Lula, e sobretudo à Janja?

Um abraço apertado, Paulo.



Autor: Paulo Polzonoff Jr. é jornalista, tradutor e escritor. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



O ministro Alexandre de Moraes pediu à defesa de Jair Bolsonaro explicações sobre a visita do ex-presidente à Embaixada da Hungria. | Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Medida extrema

Há brecha para Moraes decretar prisão preventiva de Bolsonaro?

Por Marlice Pinto Vilela

Decretar a prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro por uma visita à Embaixada da

Hungria seria um excesso, segundo juristas ouvidos pela Gazeta do Povo.

Provas de que houve um pedido de asilo político ao país europeu seriam necessárias para que a prisão preventiva fosse decretada. A possibilidade da aplicação da medida foi defendida por governistas depois da divulgação de um vídeo que mostra que Bolsonaro passou dois dias na Embaixada da Hungria.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator da investigação contra Bolsonaro, pediu explicações à defesa do ex-presidente no prazo de 48 horas.

Os advogados de defesa confirmaram a permanência na embaixada, mas afirmaram que foi apenas “para manter contato com autoridades do país amigo”.

Bolsonaro é aliado do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán.

A Polícia Federal, por outro lado, confirmou que deve abrir uma investigação para apurar a visita. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores convocou Miklós Halmai, embaixador da Hungria, para prestar esclarecimentos. Halmai aparece nas imagens acompanhando o ex-presidente.

“Seria muito frágil essa hipótese de prisão preventiva por conta, tão somente, da permanência dele na embaixada. Seria um esforço de interpretação muito grande julgar isso como uma suspeita de fuga. Considero um exagero”, afirmou Adriano Bretas, professor de Direito Processual Penal do programa de pós-graduação da Escola Paranaense de Direito.

Até o momento, não há provas que houve tentativa de asilo político

Neste caso, a prisão preventiva seria, em tese, uma medida cautelar que serviria para garantir que Bolsonaro não fugisse para o exterior, caso fosse condenado. Em fevereiro, Moraes obrigou que o ex-presidente entregasse o passaporte e exigiu que ele permanecesse em território brasileiro. Os advogados do ex-presidente chegaram a pedir ao STF a devolução do documento.

Alexandre Queiroz, advogado criminalista e mestre em Ciência Política, avalia que é preciso ter provas contundentes de uma tentativa de fuga para decretar a prisão preventiva. “Se não ficar comprovado que houve ao menos uma tentativa de asilo político, na minha concepção, não existe nenhuma possibilidade de ser

entendido como descumprimento da medida cautelar que impede a saída do país.”

Queiroz explica que, pelo Tratado de Viena, embaixadas não são consideradas territórios estrangeiros. A mesma convenção considera, por outro lado, que o espaço é tido como inviolável e haveria algumas restrições em relação ao cumprimento da jurisdição brasileira.

“Pela literalidade da medida, que é proibi-lo de deixar o país, não houve descumprimento, pois ele efetivamente não deixou o Brasil”, complementa.

Juristas divergem se STF deveria investigar a visita

“Penso que essa visita não precisaria necessariamente perpassar por uma explicação.

O ex-presidente não tem nenhuma cautelar que o impeça de fazer esse tipo de visita. Seja institucional ou particular, portanto, não há nenhuma necessidade de se justificar diante disso”, aponta Bretas.

Queiroz avalia que Moraes agiu acertadamente ao levantar informações dos advogados de Bolsonaro.

“Eu sou, às vezes, crítico a algumas decisões do ministro Alexandre de Moraes, mas neste caso concreto, antes de tomar qualquer medida drástica, o ministro procurou ouvir a defesa”, pondera.

“Não se pode presumir que Bolsonaro tentou evitar a aplicação da legislação criminal brasileira, mas é preciso investigar. Então, a defesa vai apresentar a sua versão. Também já

foi determinada a abertura de um procedimento investigativo. Na minha visão, caberia a Moraes também ouvir formalmente a embaixada”, contrapõe Queiroz.

Antes de decretar prisão, Moraes poderia impedir Bolsonaro de visitar embaixadas

“Se alguma medida cautelatória for necessária, a prisão é a última das hipóteses. A mais drástica delas. Caso fosse necessário se resguardar de qualquer necessidade cautelatória no processo, existem medidas menos gravosas do que a prisão”, ressalta Bretas.

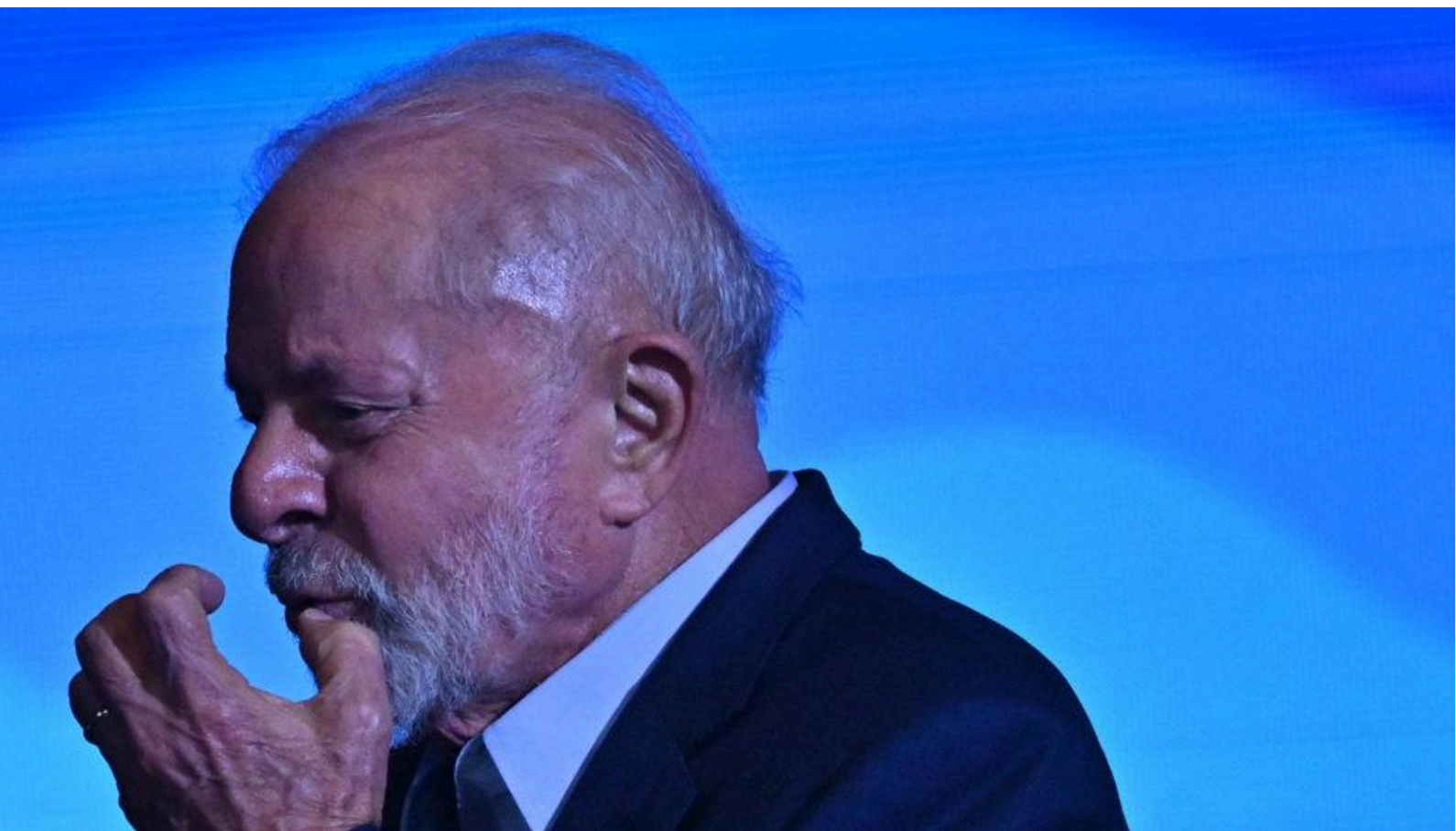
“Moraes poderia acrescentar outra medida cautelar para impedir Bolsonaro de frequentar embaixadas”, destaca Queiroz.

Segundo o advogado, o Código de Processo Penal permite a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares como opção de medida cautelar (art. 319, inc II).

“A aplicação de qualquer outra medida já seria um extremo, já que em momento algum Bolsonaro se esquivou dos chamamentos da justiça. Muito pelo contrário, ele tem um histórico de comparecimento”, reforça Bretas.



[Voltar ao índice](#)



Em apuros com a queda de popularidade, Lula estabelece canais de diálogo com militares, ruralistas e líderes do Centrão. | Foto: EFE/André Borges

Popularidade em queda

Acuado pelas pesquisas, Lula investe no diálogo com grupos hostis a ele

Por Silvio Ribas

Após ignorar os crescentes sinais de desgaste da imagem de sua gestão ao longo do primeiro ano

do atual mandato e acuado pela queda de popularidade apontada por quatro institutos de pesquisas (veja mais sobre as pesquisas abaixo), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) finalmente cedeu e iniciou gestos concretos em busca de diálogo com setores com os quais sofre maiores resistências.

Sem abdicar do discurso inflamado da polarização política que carrega desde a campanha eleitoral, Lula segue apontando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como principal rival, mas tenta melhorar a relação com militares, evangélicos, grandes produtores rurais e líderes do Centrão.

No caso das Forças Armadas, cujas tensões se alimentavam da ligação de oficiais da ativa e reserva com Bolsonaro, turbinadas pelo

inquérito que apura os atos de vandalismo do 8 de Janeiro, o chefe do Executivo tratou de desarmar prováveis atritos em torno do 31 de março, quando se completam 60 anos do golpe militar de 1964.

Por meio de um pacto negociado pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, Lula conseguiu que os quartéis deixem de se manifestar sobre a data da “Revolução de 1964”, com a contrapartida de que seu governo abdicasse de iniciativas para evocar a memória das “vítimas do golpe”, que estavam sendo agendadas e lideradas pelo ministro Silvio Almeida (Direitos humanos).

Em paralelo, o presidente retoma esforços de aproximação com as três Forças, a exemplo do jantar na sexta-feira (22) com o comandante da

Marinha, Marcos Sampaio Olsen. No fim de fevereiro, o presidente disse que não vai “remoer o passado”. Sua atitude foi elogiada pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Para o segmento social de onde Lula teve a maior perda de aprovação nos primeiros meses do ano, reflexo direto das afirmações controversas que deu sobre a reação militar de Israel contra o grupo terrorista Hamas, o presidente e a bancada evangélica na Câmara chegaram a um acordo sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade tributária a igrejas.

Enquanto isso, negociadores do Planalto tentam outras formas de interação com o segmento, mesmo com Lula e líderes petistas criticando o

discurso religioso na política, em referência clara a parlamentares de oposição e ao casal Jair e Michelle Bolsonaro.

O governo Lula também pareceu recuar de seu apoio incondicional ao ditador Nicolás Maduro. Diante de aparente reflexão induzida pelas críticas e pela realidade, o Ministério das Relações Exteriores emitiu nota na terça-feira (26), expressando a postura do Brasil em relação ao processo eleitoral na Venezuela com "expectativa e preocupação". No ano passado, o presidente brasileiro recebeu seu homólogo venezuelano no Palácio do Planalto, e foi questionado por reclamar das críticas à "democracia venezuelana", que seriam meras "narrativas", segundo ele.

Lula tenta abrir canais com ruralistas

Quanto aos empresários do campo, o presidente deflagrou uma série de visitas a estados onde o agronegócio é destaque, além de conversas com representantes dos ramos de proteína animal, celulose, grãos e sucroalcooleiro.

A ideia é ouvir demandas concretas, como melhorias de infraestrutura e mais crédito rural, além de pedir sugestões para reduzir os preços dos alimentos na mesa dos cidadãos, um dos principais fatores de perda de popularidade do governo. O movimento vem depois de uma série de ataques verbais do próprio Lula contra o setor econômico.

Lula teve que voltar atrás e repensar articulação no Congresso

Por fim, para os políticos do Centrão, Lula teve de encarar a realidade da dominância do bloco sobre a pauta do Congresso e, cada vez mais, sobre o Orçamento. As insatisfações produzidas na virada do ano por imposições do governo no resultado de votações das duas Casas legislativas, como vetos presidenciais e a medida provisória para reonerar 17 setores da economia, deixaram mais cara a barganha com os líderes.

O Planalto foi forçado a rever as iniciativas e inaugurou a prática de encontros informais no Palácio da Alvorada com deputados e senadores, os chamados happy hours, investindo na

relação pessoal para negociar pautas e evitar surpresas desagradáveis.

O principal ponto de tensão entre Executivo e Legislativo ainda envolve a sucessão no comando de Câmara e Senado, sobre o qual Lula afirma que não interferirá.

O insucesso da atuação da ministra Nísia Trindade (Saúde) em questões caras para o governo, como as crises sanitária da epidemia de dengue e humanitária dos indígenas ianomâmis e a explosão histórica dos casos de dengue em 2024, perto da casa dos 2 milhões de casos, sem planejamento e vacinas suficientes, levou o chefe do Executivo a fazer a execração pública dela. O Centrão cobiça o cargo dela, para ganhar mais espaço de influência em ano

eleitoral e para ter acesso a mais verbas federais.

Especialistas veem riscos e limites na reação de Lula

De acordo com analistas e políticos ouvidos pela Gazeta do Povo, apesar de Lula ter cedido em muitas frentes, será preciso bem mais esforço e redirecionamento de ações para alterar a tendência de piora na sua imagem. Eles lembram que a principal limitação para isso pode estar no fato de Lula ainda resistir em permitir novos atores em grupo mais próximo de assessores e ministros palacianos, vindos de outros grupos políticos, inclusive da centro-direita. O seu entorno tem a marca da sustentação mais claramente à esquerda do

governo, justamente o perfil que mais lhe causa distanciamentos com a sociedade.

A área de segurança pública, outro importante fator de desgaste do governo, segue entregue a figuras aliadas e de ranço ideológico, o que impede a compreensão dos fatores que deixam a população temerosa. Na educação, também não consegue emplacar mudanças graças à combatividade da oposição.

Para completar, os planos do ministro Fernando Haddad (Fazenda) continuam sendo torpedeados pelo PT e até pelo próprio Lula, quando deixa escapar o desejo de contornar a promessa de déficit fiscal zero em 2024 e gastar já acréscimos de receita no caixa federal.

Nessa batalha em que o presidente cede, mas mantém a retaguarda ideológica, todos os olhos se voltam para as urnas em outubro de 2024, que podem orientar os planos de Lula de se reeleger em 2026 e ao mesmo tempo fortalecer a oposição.

Para conter a queda de popularidade e garantir seu papel de transferência de votos nos pleitos municipais, ele iniciou visitas a estados governados por opositores e passou a cobrar mais firmemente entregas dos ministros e saídas para conter preços de alimentos e energia. Enquanto se orienta por marqueteiros para tentar melhorar a imagem pessoal, o presidente parece ainda tentado a recorrer ao populismo econômico e o intervencionismo estatal.

Para o cientista político e diretor da Dominion Consultoria, Leandro Gabiati, é intrigante observar a insistência de Lula em alimentar a polarização política no país, apesar de tudo indicar que essa estratégia adotada por 15 meses a fio dar mostras de ser equivocada.

“O presidente deveria aproveitar-se do status de chefe da Nação para buscar pacificação, caminhar para o centro político e focar nos resultados do governo. Mas ele parece se sentir mais confortável na condição de antagonista de Bolsonaro”, opina.

Arthur Wittenberg, professor de relações institucionais e políticas públicas do Ibmecc-DF, avalia que Lula está tendo de encarar de vez o fato de o Congresso permanecer de centro-direita e ainda com o comando de

importantes comissões na Câmara estar nas mãos da oposição.

Embora considere a perda de popularidade ruim para Lula, o especialista acha que o cenário ainda não é desastroso.

“Muito mais importante é o avanço do percentual dos que desaprovam seu trabalho, um recorde desde o começo do governo. Se olhar o filme até agora e não só a foto do momento, o encurtamento da diferença entre aprovação e da desaprovação deixa claro que algo precisa mudar para reverter essa tendência negativa porque os parlamentares olham para as pesquisas e percebem o presidente precisando entregar mais para obter apoio no Congresso. Quanto pior o índice de aprovação,

mais poder de barganha os líderes partidários exercem”, diz.

Enquanto a economia ainda não cria ambiente absolutamente adverso, apesar de sinais contraditórios emitidos pelo governo, Wittemberg acha que o governo pode se valer de recursos do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de anúncios de investimentos de montadoras de automóveis para sugerir uma perspectiva de melhora geral, com foco na geração de empregos. “Além disso, o governo aposta que com a queda dos juros, os bancos começam a emprestar mais”, afirma.

Congresso amplia a sua independência do governo

A atuação de Lula, contudo, parece ganhar novas limitações no Congresso, na percepção do consultor João Henrique Hummel, da Action Relações Governamentais.

“Uma boa prova disso veio na semana passada, quando grupos de trabalho da Câmara se apressaram a oferecer projetos para regulamentar a reforma tributária, sem esperar por uma proposta do Executivo. Isso é um marco histórico, pois mostra que o Congresso não espera mais iniciativas do governo para tomar decisões de políticas públicas”, sublinha.

O consultor lembra ainda que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pode continuar

dando aval para o avanço de propostas sem aguardar manifestação do governo, a exemplo da reforma tributária, da aprovação do projeto que acaba com as saidinhas de presos e com a reforma da reforma do ensino médio aquém do esperado pelo Planalto.

“O Parlamento pode estar atendendo aos interesses da sociedade que representa melhor do que o Executivo, que mostra dificuldade em se aproximar do eleitorado. Enquanto isso, a chamada PEC das drogas segue avançando no Senado, bem como as movimentações em torno da janela partidária para as eleições 2024. A grande e final questão é: Lula transferirá votos ou a direita sairá mais forte das urnas?”, observa.

Quatro pesquisas apontam queda da popularidade de Lula

Quatro diferentes pesquisas de opinião pública recentes, dos institutos Genial/Quaest, AtlasIntel, Ipec e PoderData, convergiram em apontar queda na popularidade de Lula nos últimos meses.

A mais recente delas, divulgada nesta quarta-feira (27) pelo PoderData, mostrou que o trabalho de Lula frente à presidência é considerado ruim ou péssimo para 36% dos entrevistados, enquanto que 31% consideram ótimo ou bom – e 26% consideram regular.

No começo do mês, o Ipec apontou que o número de pessoas que aprovam a gestão de Lula, classificando-a como ótima ou boa, caiu

de 38% em dezembro de 2023 para 33% em março de 2024, um declínio de cinco pontos percentuais em três meses.

A AtlasIntel já havia sinalizado uma tendência semelhante, com uma queda de quatro pontos percentuais na avaliação positiva de Lula, de 42% em janeiro para 38% em março. A mesma pesquisa mostrou um incremento nos índices de rejeição ao governo, de 39% para 41% no mesmo período.

Números parecidos foram apresentados em pesquisa da Genial/Quaest, com um aumento na avaliação negativa do governo de 29% em dezembro para 34% em março. A aprovação caiu de 36% para 35%. A mudança apontada pela Genial/Quaest foi especialmente forte entre os evangélicos: a avaliação negativa do governo

Lula nesse público deu um salto de 36% para 48%.

A avaliação de especialistas é de que a queda neste segmento teve relação com as críticas do presidente e de membros do PT a Israel, em relação à guerra na Faixa de Gaza.

Metodologias das pesquisas citadas

O levantamento dos institutos Genial/Quaest ouviu, em formato presencial, 2.000 pessoas, entre 25 a 27 de fevereiro. As entrevistas foram feitas em 120 cidades de todas as regiões do país. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais e o nível de confiabilidade é de 95%

O AtlasIntel entrevistou 3.154 pessoas pela internet de 2 e 5 de março de 2024. A margem

de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

O Ipec consultou presencialmente 2.000 pessoas em 130 municípios entre 1º e 5 de março. A margem de erro é de dois pontos percentuais, e o nível de confiança é de 95%.

O PoderData ouviu 2,5 mil pessoas entre os dias 23 e 25 de março, por telefone, em 202 municípios dos 26 estados e do Distrito Federal. O índice de confiança é de 95%.



[Voltar ao índice](#)



O senador Ciro Nogueira (PP-PI) quer proibir venda de carros a gasolina e diesel a partir de 2030. | Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

A partir de 2030

Senador quer proibir venda de carros a gasolina e diesel

Por Raphaela Ribas e Fernando Jasper

Um projeto de lei que tramita no Senado pretende proibir a venda de carros movidos a

gasolina, diesel e gás natural a partir de 2030. Pela proposta, veículos movidos a combustíveis fósseis não poderão mais circular no país a partir de 2040.

O objetivo do autor do projeto, senador Ciro Nogueira (PP), é instituir uma "política de substituição dos automóveis movidos a combustíveis fósseis". Os substitutos adequados, na opinião dele, seriam os carros elétricos.

O projeto foi apresentado em 2017. Em 2020, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, mas ficou parado desde então até que, em maio de 2023, Nogueira pediu o desarquivamento da proposta.

O PLS 304/2017 está na Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde chegou a ser pautado para votação na última quarta-feira (20). Porém, o relator, senador Carlos Viana (Podemos-MG) pediu a retirada de pauta para reexaminar seu parecer, que é favorável à proposta de Nogueira.

A decisão da CMA é terminativa. Isso significa que, se a comissão aprovar o projeto e não houver recurso em contrário, o texto vai direto para a Câmara dos Deputados, sem passar pelo plenário do Senado. Para entrar em vigor, o texto ainda precisaria da aprovação da Câmara e da sanção presidencial.

O projeto de Nogueira acrescenta dois artigos ao Código Brasileiro de Trânsito (Lei 9.503/1997). Um deles proíbe a venda de veículos a

combustão, à exceção dos "abastecidos exclusivamente com bicomcombustíveis", a partir de 2030. O outro proíbe também a circulação desses modelos, dez anos depois, permitindo algumas exceções. Segundo o texto, de 2040 em diante poderiam continuar em circulação somente os seguintes veículos a combustão:

- automóveis de coleção;
- carros oficiais;
- veículos de representação diplomática; e
- veículos visitantes estrangeiros, em um período de 180 dias de estadia.

O texto do projeto não esclarece como esta transição será feita, nem aborda seus impactos nos mercados de automóveis e transportes ou em cadeias produtivas.

Montadoras do mundo todo têm investido em veículos elétricos e híbridos. No Brasil, a indústria automobilística anunciou investimentos de R\$ 86 bilhões nos últimos meses, a serem aplicados gradualmente até 2032. Mas nem todo esse dinheiro vai para a nova geração de veículos; parte dele será destinada ao desenvolvimento de carros a combustão, que tendem a seguir no "mix" de produtos de quase todas as companhias do setor por um bom tempo.

Segundo a justificacão anexada por Ciro Nogueira ao projeto, a troca de veículos movidos a combustíveis fósseis por elétricos será "muito vantajosa do ponto de vista ambiental" e já ocorre em outros países. O senador cita que a proibição dos modelos a

combustão é discutida por países desenvolvidos como Alemanha, França e Reino Unido.

Ele argumenta que o Brasil “não pode ficar à margem dessa discussão, já que a indústria automobilística aqui instalada tem todas as condições de produzir automóveis tão avançados quanto os usados no exterior”.

“Desejamos que, no ano de 2030, a grande maioria dos automóveis fabricados em nosso território sejam do tipo elétrico. Com isso, podemos passar à solução definitiva do problema, que é a proibição da circulação de automóveis movidos com combustíveis fósseis (hoje, a gasolina, o diesel e o gás natural)”, diz o senador na justificacão do projeto.

Em seu parecer, o relator Carlos Viana sustenta que o projeto merece prosperar, "pois contribui para que o Brasil honre seus compromissos climáticos e estabeleça sinal claro de que o Legislativo almeja a descarbonização da economia brasileira".

“Cabe lembrar que os biocombustíveis são compatíveis com veículos 'flex' (etanol) e já são utilizados em mistura de combustíveis de veículos de transporte de passageiros, de carga e em tratores", afirmou.



[Voltar ao índice](#)

The Godfather PART II



Os personagens da sequência de “O Poderoso Chefão”, que ganhou seis estatuetas no Oscar | Foto: Divulgação Prime

Filme

“O Poderoso Chefão 2”: 50 anos da obra-prima de Coppola

Por André Barcinski, especial para a Gazeta do Povo

Como fazer a sequência de um filme clássico? Se você é Francis Ford Coppola, um jovem cineasta de trinta e poucos anos que acaba de lançar uma

obra-prima como O Poderoso Chefão, sua única alternativa é dirigir outra obra-prima. E Coppola conseguiu: para muitos, O Poderoso Chefão 2, que está completando 50 anos, é ainda melhor do que o original.

Independentemente de sua preferência (confesso que ainda gosto mais do primeiro filme), é inegável que são duas grandes obras e bem diferentes em termos de produção. Pouca gente se lembra, mas o primeiro O Poderoso Chefão não foi um filme de alto orçamento, muito pelo contrário. A miséria era tanta que as cenas em Las Vegas foram filmadas em outro lugar, e a tomada aérea que mostra a cidade era uma cena antiga comprada de um arquivo.

Depois que O Poderoso Chefão recebeu dez indicações ao Oscar e venceu três estatuetas –

Melhor Filme, Ator (Marlon Brando) e Roteiro Adaptado (Mario Puzo e Francis Ford Coppola) – e tornou-se o filme de maior bilheteria no mundo em 1972, as coisas mudaram de figura. A Paramount, que não acreditava em Coppola, então um diretor desconhecido, deu-lhe carta branca – e um orçamento duas vezes maior – para filmar a sequência.

Se hoje a equipe de O Poderoso Chefão é celebrada por sua genialidade, vale lembrar que o diretor e os atores principais não eram, nem de longe, as primeiras opções do estúdio Paramount. Marlon Brando foi sugerido para o papel de Don Corleone pelo autor do livro, Mario Puzo, mas em 1971, ano de produção do filme, Brando era considerado um ator difícil de trabalhar e que havia passado do auge. Vários astros foram cogitados para o papel, entre eles

Orson Welles (que chegou a se encontrar com Puzo), Frank Sinatra, Charles Bronson, Anthony Quinn, Ernest Borgnine, Burt Lancaster e Laurence Olivier.

Para o papel de Michael Corleone, Coppola sempre quis Al Pacino, um iniciante. O estúdio obrigou o diretor a testar vários atores – Martin Sheen, Dean Stockwell, Ryan O’Neal, Robert De Niro, David Carradine – e cogitou alguns astros como Alain Delon, Dustin Hoffman, Robert Redford, Warren Beatty e Jack Nicholson, mas Pacino acabou ficando com o papel. E John Cazale, que interpretou Fredo, também era iniciante e foi descoberto por um produtor do filme atuando numa peça em Nova York com Richard Dreyfuss.

Francis Ford Coppola, não era a primeira opção da Paramount para dirigir o filme. Entre os cineastas preferidos pelo estúdio estavam Arthur Penn (Bonnie and Clyde), Richard Brooks (A Sangue Frio), Costa-Gavras (Z), Otto Preminger (Anatomia de um Crime), Peter Yates (Bullitt) e Sam Peckinpah (Meu Ódio Será Tua Herança). Na verdade, Coppola resistiu muito a embarcar na empreitada. Tinha acabado de montar sua produtora e queria fazer filmes pessoais, mas estava duro e precisava da grana. Em 1970, foi a um almoço na casa do amigo Walter Murch, editor e engenheiro de som, e ficou surpreso ao ver Aggie, esposa de Walter, concentrada na leitura do romance O Poderoso Chefão, de Mario Puzo. “Não consigo parar de ler”, disse Aggie. Coppola virou-se para outro amigo presente ao almoço, George Lucas, e perguntou: “George, devo fazer esse filme de

gângster?” Lucas disse: “Francis, não recuse. Estamos falidos!”.

Em 1973, depois da explosão de O Poderoso Chefão, Coppola já não estava mais falido e pôde exigir da Paramount condições melhores para filmar a sequência. O novo longa teria um enredo intrincado, com duas linhas temporais paralelas: uma, iniciada em 1958 e que mostrava a história do novo chefão da família Corleone, Michael (Al Pacino), tentando manter o controle dos negócios em meio a disputas ferozes com famílias rivais. A segunda linha voltava no tempo para mostrar a saga do patriarca Vito Corleone (Marlon Brando no primeiro filme e Robert De Niro no segundo, interpretando um Vito mais moço) na Sicília, sua chegada a Nova York e o início de seu império.

Uma das provas de que o novo filme tinha muito mais grana de produção do que o original é que a Paramount concordou em pagar a James Caan, que fizera o papel de Sonny Corleone e morrera no primeiro filme, o mesmo cachê que ganhou em O Poderoso Chefão para atuar em apenas uma cena no segundo filme, uma sequência em flashback mostrando uma festa familiar (Marlon Brando, que também morre no primeiro filme, concordou em filmar essa cena na sequência, mas não apareceu no dia da filmagem).

O Poderoso Chefão 2 tem cenas muito mais grandiosas do que o primeiro, incluindo uma longa sequência em Cuba, que foi filmada na República Dominicana. Diferentemente do que ocorreu no primeiro filme, Coppola teve muito mais liberdade criativa para rodar e editar o

filme da maneira como quisesse, sem precisar pedir a bênção do estúdio a toda hora.

O resultado é um clássico, possivelmente a melhor sequência da história do cinema, que superou o primeiro filme em número de indicações ao Oscar – onze – e ganhou seis estatuetas, incluindo Melhor Filme, Direção (Coppola) e Ator Coadjuvante (De Niro). O filme está disponível no Star+, Paramount+ e Globoplay, podendo também ser alugado via Apple TV, Amazon, Google Play e Microsoft.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [O roteiro da relação conturbada entre o PT e os evangélicos](#)
- [Novo Código Civil facilitaria tomada de propriedades rurais por sem-terra](#)
- [STF normaliza recados via imprensa e perde temor de parecer parcial](#)
- [A Rússia depois de Putin](#)
- [Por que o Estado Islâmico escolheu a Rússia como alvo de ataque terrorista?](#)
- [Suspense policial “A Killer Paradox” traz boa discussão ética](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice